



RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADOS



2019

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADOS

2019

ÍNDICE

	Pág.
Relatório de Gestão Consolidado _____	4
Balanco Consolidado _____	18
Demonstração Consolidada dos Resultados _____	21
Fluxos de Caixa Consolidados _____	23
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados _____	25

Relatório de Gestão Consolidado

1 Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

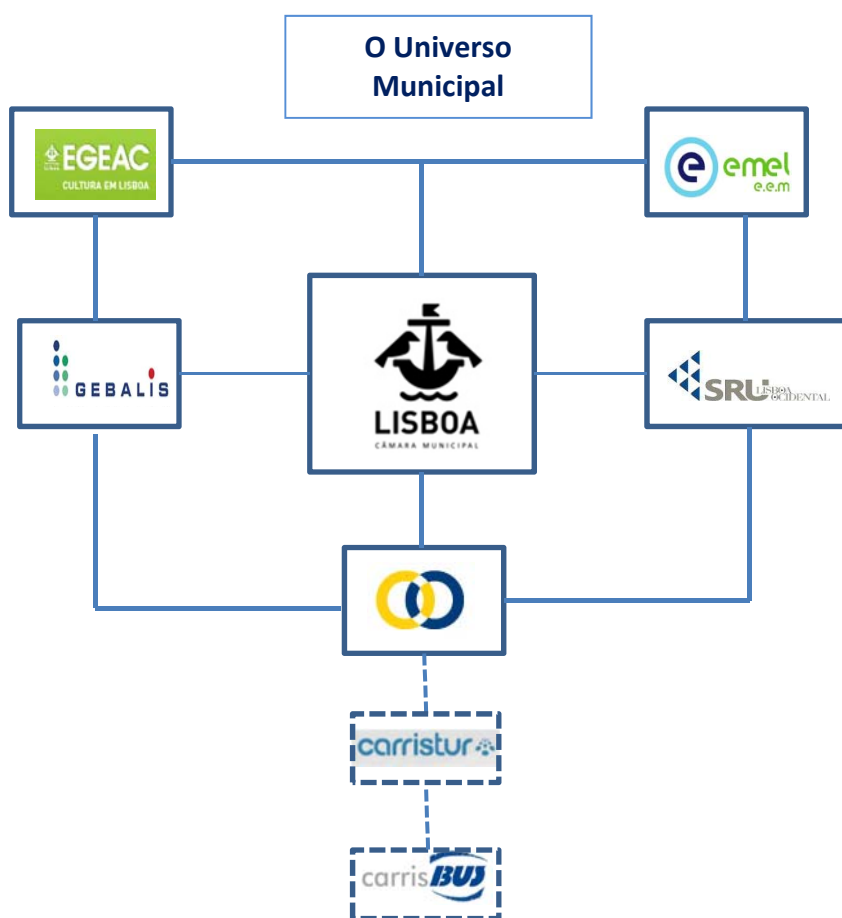
Na elaboração dos documentos de prestação de contas consolidadas, foi observada a orientação nº 1/2010, aprovada pela Portaria 474/2010, de 15 de junho, tendo a operação de consolidação sido suportada na elaboração de um mapa de fluxos de caixa consolidado e um anexo às Demonstrações Financeiras.

De acordo com a mesma Portaria, são estabelecidos um conjunto de princípios orientadores e os requisitos mínimos que devem estar subjacentes à consolidação de contas das entidades públicas administrativas e que de acordo com o seu artigo 3º, são de aplicação obrigatória, bem como as instruções do SATAPOCAL, de maio de 2011, e de maio de 2015.

2 Entidades do perímetro de consolidação

As contas consolidadas integram, para além das relativas ao Município de Lisboa (ML), as das entidades do perímetro de consolidação, constituindo-se assim o designado Universo Municipal: o Grupo Carris – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA (Inclui a consolidação da Carris com as suas participadas Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carribus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.), a EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, EM, a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, EM, SA, a GEBALIS Gestão do Arrendamento Social dos Bairros Municipais de Lisboa, E.M. e a LISBOA OCIDENTAL SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, SA (empresas cujo capital é integralmente detido pelo ML).

Em 2017, verificou-se a introdução da CARRIS no universo municipal cuja passagem para a esfera do Município de Lisboa, ocorreu a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.



3 Breve análise das demonstrações financeiras consolidadas

Conforme é conhecido, a dimensão da atividade empresarial local no Universo Municipal relativamente à diretamente desenvolvida pelo ML é reduzida – por exemplo, o total dos Ativos das empresas municipais é de 331,2 milhões de euros, que representam 10,0% do total do ativo do Município individualmente considerado e o total da faturação de vendas, serviços e impostos é de 204,9 milhões de euros que compara com os 651,3 milhões obtidos pelo Município. O peso do Município tem vindo a decrescer relativamente aos anos anteriores devido à inclusão do Grupo Carris com um impacto de cerca de 122,9 milhões de euros.

Deste modo, as contas consolidadas agora apresentadas estão essencialmente marcadas pela evolução da situação económica e financeira do Município durante o exercício de 2019, quando individualmente considerado. Todos os aspetos positivos conseguidos e já relevados no Relatório de Gestão das Contas Individuais de 2019, são confirmados pelos dados consolidados, tanto mais que as empresas municipais apresentam igualmente uma situação de equilíbrio, quer no seu conjunto, quer quando consideradas individualmente.

3.1 Situação económica e financeira – variação face ao ano anterior

3.1.1 – Análise do Balanço Consolidado

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2019	2018	2019-2018
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
ATIVO			
Imobilizações	2.719.421	2.726.698	-7.277
Investimentos Financeiros	58.745	54.406	4.339
Existências	6.010	5.946	64
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	28.403	29.609	-1.206
Dívidas de terceiros - curto prazo	75.835	81.302	-5.468
Depósitos em instituições financeiras e caixa	437.602	230.699	206.904
Acréscimos e diferimentos	190.174	181.107	9.068
Total do ativo	3.516.190	3.309.767	206.423
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Fundos Próprios:			
Património	2.077.572	2.077.572	-
Resultados transitados, Reservas e Ajustamentos partes de capital em empresas	293.583	112.052	181.531
Resultado líquido de exercício	162.664	71.293	91.371
Total dos fundos próprios	2.533.819	2.260.916	272.902
Passivo:			
Provisões para Riscos e Encargos	228.208	214.980	13.228
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazo	306.503	331.452	-24.949
Dívidas a Terceiros - curto prazo	126.915	195.766	-68.851
Acréscimos e Diferimentos	320.745	306.653	14.093
Total do passivo	982.372	1.048.851	-66.479
Total dos fundos próprios e do passivo	3.516.190	3.309.767	206.423

- O valor do ativo líquido consolidado é de 3.516,2 milhões de euros, composto essencialmente pelo valor apresentado no balanço individual do Município de Lisboa, entidade consolidante, em 3.329,0 milhões de euros, cerca de 95%.
- Comparativamente com o ano de 2018 verifica-se que as imobilizações líquidas observaram um ligeiro decréscimo de cerca de 7,3 milhões de euros, em resultado do acréscimo dos valores brutos de 67,8 milhões de euros, sendo 48,4 milhões de euros relativos ao Município de Lisboa e 12,1 milhões de euros relativos à Carris, compensado pelo aumento das amortizações em 75,1 milhões de euros.
- Quanto ao acréscimo significativo em depósitos em instituições financeiras e caixa é reflexo da variação ocorrida nas contas do Município de Lisboa.

- Os fundos próprios apresentam um valor de 2.533,8 milhões de euros, verificando-se uma variação positiva de 272,9 mil euros, comparativamente com o exercício anterior, que é justificado pelo acréscimo do resultado líquido do exercício.
- No que se refere ao passivo, registou-se um decréscimo de 66,5 milhões de euros, reflexo essencialmente da diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo e médio e longo prazo. Nas *Dívidas a Terceiros de curto prazo* ocorreram 2 situações com algum impacto, ou seja, no Município de Lisboa, o valor de *Adiantamentos de Clientes* registam uma quebra significativa de 27,6 milhões de euros, radicada na regularização do adiantamento efetuado pela “Fidelidade Property Europe, SA”, relativo à alienação, em hasta pública, de dois lotes e duas parcelas de terreno para construção no quadro da operação integrada de Entrecampos. Outra das variações ocorreu em fornecedores investimento em que se verificou um decréscimo de cerca de 30 milhões de euros, na Carris, respeitando esses valores a aquisições de novos autocarros.

No que se refere às *Dívidas a Terceiros de médio e longo prazo*, teve uma retração da ordem dos 24,9 milhões de euros face a 2018, para a qual contribuíram a contração do saldo dos *Empréstimos Obtidos* e a redução do saldo de *Outros Credores* fundada na satisfação de obrigações relacionadas com a gestão de acordos de pagamento do Município, com amortização de dívida.

3.1.2 - Demonstração consolidada dos resultados

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa		Varição
	2019	2018	2019-2018
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos	226.531	204.418	22.113
Custos com o pessoal	349.924	328.011	21.913
Transferências e subsídios correntes concedidos	134.795	106.900	27.895
Amortizações do exercício	93.636	79.712	13.925
Provisões do exercício	22.153	51.929	-29.776
Outros custos	39.552	70.547	-30.995
Custos e perdas extraordinários	125.793	216.902	-91.109
Resultado líquido do exercício	162.664	71.293	91.371
	1.155.048	1.129.712	25.335
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas e prestações de serviços	319.895	314.825	5.070
Impostos e taxas	527.687	513.051	14.637
Transferências e subsídios obtidos	46.410	47.024	-614
Outros proveitos	35.507	26.854	8.653
Proveitos e ganhos extraordinários	225.548	227.959	-2.410
	1.155.048	1.129.712	25.335

- O resultado líquido consolidado é de 162,7 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 91,4 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior.
- Durante este exercício verificou-se um decréscimo de custos de 66,0 milhões de euros e um aumento não significativo de proveitos de 25,3 milhões de euros. O decréscimo dos custos deve-se essencialmente à variação dos custos extraordinários, das provisões do exercício e dos outros custos. Em contrapartida verificou-se um acréscimo do valor dos custos com pessoal, que reflete o aumento ocorrido no efetivo do universo municipal, e das transferências e subsídios concedidos.
 - A variação significativa na rubrica *Custos e Perdas Extraordinários*, de -91,1 milhões de euros, é reflexo da existência de movimentos efetuados no Município em 2018, no que se refere à devolução da TMPC e ao registo do pagamento relativo à sentença judicial 5491/09.1TVLSB, que não se repetiram em 2019 e, como tal verificou-se uma variação negativa.

3.2 Situação económica e financeira consolidada

Comparando o contributo para os números consolidados da atividade do Município, por um lado, e do conjunto das empresas municipais, por outro, são apresentados o balanço e a demonstração de resultados muito sintetizados:

BALANÇO

unidade: milhares de euros

Descrição	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	Ajustamentos de consolidação	
	2019				
	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido	% ML
ATIVO					
Imobilizações	2.778.166	2.666.385	214.320	-102.539	96%
Ativo circulante	547.850	473.724	105.124	-30.998	86%
Acréscimos e diferimentos	190.174	188.853	22.739	-21.418	99%
Total do ativo	3.516.190	3.328.962	342.183	-154.955	95%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO					
Fundos Próprios	2.533.819	2.461.952	151.898	-80.031	97%
Total dos fundos próprios	2.533.819	2.461.952	151.898	-80.031	97%
Passivo:					
Provisões para Riscos e Encargos	228.208	214.491	13.718	0	94%
Dívidas a Terceiros	433.418	380.608	105.891	-53.081	88%
Acréscimos e Diferimentos	320.745	271.911	70.676	-21.842	85%
Total do passivo	982.372	867.010	190.284	-74.923	88%
Total dos fundos próprios e do passivo	3.516.190	3.328.962	342.183	-154.955	95%

Como se pode verificar no quadro acima, no exercício de 2019, os valores do balanço consolidado não apresentam variações muito significativas relativamente ao balanço individual do Município, que representa cerca de 95% do Ativo consolidado. A variação mais significativa ocorreu nas *Imobilizações*, onde nas outras entidades (entidades do perímetro de consolidação)

de um valor de 214,3 milhões de euros se inclui um valor de 124,7 milhões de euros (58%) relativo ao grupo Carris.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

unidade: milhares de euros

	Consolidado do Município de Lisboa	Município de Lisboa	Outras Entidades	Ajustamentos de consolidação	% ML
2019					
CUSTOS E PERDAS					
Fornecimentos e serviços externos	226.531	136.894	97.473	-7.837	60%
Custos com o pessoal	349.924	237.182	112.742	-	68%
Outros custos	290.136	292.636	46.897	-49.397	101%
Custos e perdas extraordinários	125.793	148.999	1.600	-24.807	118%
Resultado líquido do exercício	162.664	133.004	17.815	11.845	82%
	1.155.048	948.715	276.527	-70.195	82%
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas e Impostos e Taxas	847.583	651.304	204.946	-8.667	77%
Outros proveitos	81.917	74.704	68.549	-61.336	91%
Proveitos e ganhos extraordinários	225.548	222.708	3.033	-193	99%
	1.155.048	948.715	276.527	-70.195	82%

No quadro acima, verifica-se que as contas individuais do Município, mantém o seu peso, comparativamente com o exercício anterior (2019: 82%; 2018: 82%) sobre os valores de custos e proveitos das contas consolidadas do Município de Lisboa. Do total de custos das outras entidades de 258,7 milhões de euros, 141,6 milhões de euros (55%) referem-se ao Grupo Carris e no que concerne aos proveitos num total de 276,5 milhões de euros, 158,4 milhões de euros (57%) referem-se ao grupo Carris.

3.3 Situação económica e financeira das empresas municipais do Universo Municipal

Unid: milhares de euros

Rubricas	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Capital Social	382.941	449	32.000	1.300	2.000
Capital Próprio	103.204	4.414	41.841	3.022	17.027
Activo Não Corrente	131.612	8.572	64.323	612	32.509
Activo Corrente	45.744	6.920	9.591	21.312	5.770
Passivo Total	74.152	11.078	32.073	18.902	21.252
Passivo Não Corrente	22.287	1.644	4.785	10.036	16.287
Passivo Corrente	51.865	9.434	27.288	8.866	4.965
Rendimentos Totais	130.386	30.434	43.367	32.701	11.611
Subsídios de Exploração	20.041	9.030	-	13.568	10.152
Gastos Totais	125.173	30.334	41.966	32.651	11.607
Gastos com Pessoal	66.632	13.492	14.526	5.703	3.047
RAI	5.213	100	1.401	50	4
EBITA	17.359	1.085	6.352	403	127
RL	5.708	57	1.022	29	-
N.º Empregados	2.450	393	676	229	94

Relativamente a cada uma das empresas municipais, releva-se:

- **CARRIS** – Passagem para a esfera do Município de Lisboa, a 1 de fevereiro de 2017, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de setembro. A empresa apresenta Resultados Líquidos e Capitais Próprios positivos, respetivamente de ≈ 5,7 milhões de euros (face aos ≈ 8,7 milhões de 2018) e de ≈ 103,2 milhões de euros (face aos ≈ 94,4 milhões de 2018). A Carris tem impostos diferidos decorrentes de reavaliações livres e legais que impactam positivamente no resultado líquido do exercício.

Em termos gerais em 31 de dezembro de 2019, o balanço da empresa apresenta um aumento de ativos (2%) e decréscimo de passivos (-6,6%). A variação positiva do ativo decorre, essencialmente, pelo acréscimo líquido dos ativos fixos tangíveis, pela introdução do valor do investimento ≈ 30,1 milhões de euros.

O decréscimo do passivo advém, maioritariamente, pela diminuição da conta de fornecedores, refletindo, o pagamento da aquisição de autocarros realizada no final de 2018. Este facto patrimonial, permitiu compensar os aumentos nas contas do Passivo não corrente e corrente, destacando-se no passivo corrente o aumento da conta patrimonial *Outras dívidas a pagar* devido ao reconhecimento do valor de ≈23,6 milhões de euros relativo ao pagamento por conta referente ao ano de 2019 da COSP, nos termos previstos no número 23.6 do Aditamento à Segunda Alteração do Contrato de Concessão, bem como a estimativa de remunerações a pagar, no valor de ≈9,7 milhões de euros.

Ao nível dos resultados globais da Empresa, o exercício de 2019 é marcado por uma alteração bastante significativa do sistema tarifário, com a introdução do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, com impacto na oferta tarifária da Área Metropolitana de Transportes, com a criação de dois passes únicos – Navegante Municipal (30€) e Metropolitano (40€). Esta alteração traduziu num aumento anual, de cerca, de 11%, a que correspondeu um crescimento da oferta de serviço de 7%, na atividade da CARRIS.

- **EGEAC** – O valor do subsídio de exploração anual concedido pelo Município foi de 9,5 milhões de euros. Entretanto com a diminuição das despesas de funcionamento, foi possível efetuar uma redução de 500 mil euros ao valor inicial, ficando, portanto, aquele subsídio no valor final de 9,0 milhões de euros.

O balanço da empresa apresenta valores muito equivalentes ao do ano anterior, não se registando variações significativas.

O resultado do exercício de 2019 traduz a manutenção de uma situação económico-financeira sólida da empresa, associada ao cumprimento da atividade programada e elencada nos Instrumentos de Gestão Previsional, tendo-se concretizado todos os objetivos setoriais, exceto a meta das receitas próprias de 22,0 milhões de euros, ficando esta rubrica nos 21,0 milhões de euros.

- **EMEL** – Em 2019, no quadro da expansão da sua área de intervenção a todo o território do concelho de Lisboa, conforme Deliberação n.º 236/AML/2016 de 19 de julho, obteve um aumento das vendas e prestações de serviços próximo dos 7,5% / 2,8 milhões de euros, na senda do registado no ano de 2018, exercício onde esta evolução já tinha registado acréscimos de cerca de 9,4% / 3,3 milhões de euros.

Em termos de Balanço o Ativo e o Passivo não apresentaram variações significativas, no entanto, verificaram-se variações na rubrica de *Fornecedores* com um acréscimo de 3,4 milhões de euros, que se refere essencialmente ao valor em dívida ao Município de Lisboa, que aguarda a transmissão de um terreno da EMEL e ao decréscimo de *Outras Dividas a Pagar* de 2,7 milhões de euros, resultado do decréscimo dos *Credores por Acréscimos de Gastos* dado que o valor da compensação anual ao Município de Lisboa decresceu.

- **GEBALIS** – A contratação de um empréstimo de médio e longo prazo, com um capital de cerca de 13,7 milhões de euros, para liquidar valores em dívida das contas correntes caucionadas permitiu a redução dos juros e gastos similares da empresa.

Em 2018 o Município celebrou um novo Contrato-Programa com a GEBALIS (349/CM/2018), no valor total de 27,5 milhões de euros, com vista à execução de intervenções de requalificação do património municipal. A reabilitação de frações habitacionais diversas (previstas na ação XI, do anexo ao CP), com 17,5 milhões de euros previstos (64%) e a ação “Casal dos Machados” (ação IV, do CP), com 3,0 milhões de euros (11%) representam juntas cerca de 75% dos investimentos a realizar ao abrigo deste CP. Relativamente a este CP, em 2019 a empresa executou 8,2 milhões de euros, perspetivando que em 2020 venha a executar 7,4 milhões de euros.

Quanto às contas apresentadas pela empresa os valores do balanço não registaram alterações significativas, realçando apenas um ligeiro decréscimo do passivo de 2,0 milhões de euros resultante do decréscimo das dividas a pagar e dos financiamentos obtidos de 1,5 milhões de euros e 0,9 milhões de euros, respetivamente.

Em termos de resultados ocorreram variações significativas no valor dos subsídios à exploração de ≈+10,5 milhões de euros, compensada pela variação dos *Fornecimentos e Serviços Externos* de ≈+11,1 milhões de euros.

- **Lisboa Ocidental, SRU** – A empresa não tem uma natureza comercial, tendo tido um resultado de exploração equilibrado e prosseguido a execução do contrato-programa firmado em 2015 bem como a finalização dos investimentos objeto do Contrato de Financiamento celebrado com o IHRU/BEI. Deve referir-se que os investimentos ao abrigo do financiamento IHRU/BEI, no total de 16,1 milhões de euros, e que teve o prazo de utilização até 2015, viu concluída a última empreitada em janeiro de 2018 (reabilitação do antigo Teatro Luís de Camões), encerrando-se naquela data definitivamente este projeto. O início do reembolso deste empréstimo ocorrerá já no próximo ano, quando, em março de 2021, junto com os juros trimestrais, será amortizada a primeira parcela do empréstimo, no montante de 125,0 mil euros.

Por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa em 20 de julho de 2018 (Proposta 352/2018) foi aprovada a estratégia para a realização das empreitadas que integram as Grandes Opções do Plano para a Cidade 2018/2021, no âmbito da qual a Lisboa Ocidental SRU, assumirá a execução dos seguintes programas:

Habitação de renda acessível de iniciativa pública;

- Programa “Escola Nova” e “Creche Bê.a.Bá”;
- Programa “Lisboa SNS Mais Próximo” e outros equipamentos sociais;
- Programa “Uma Praça em Cada Bairro” e Vias Estruturantes.

A transferência destes programas para a esfera da SRU consubstanciará um expressivo aumento da atividade da empresa; em 2019 a execução deste destes CM cifrou-se em 1,1 milhões de euros.

Cumprimento dos requisitos legais

Unid: milhares euros

Empresa	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais		Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾	
	Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (Art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Art. 40º Equilíbrio de Contas? (RAI>0) ⁽¹⁾	Necessário Transferência de CML ou Reforço de Capital (Art. 40º RJAELPL)	Consolida Dívida com CML (Art 52º Lei n.º 73/2013) ⁽³⁾
CARRIS	27%	Não cumpre	5.213	Cumpre	Não	Não
EGEAC	983%	Cumpre	100	Cumpre	Não	Não
EMEL	131%	Cumpre	1.401	Cumpre	Não	Não
GEBALIS	232%	Cumpre	50	Cumpre	Não	Não
SRU Ocidental	851%	Cumpre	4	Cumpre	Não	Não

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por RAI ≥ 0, cf art 40º RJAELPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o RAI ≥ 0, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAELPL

Todas as empresas cumprem os critérios de equilíbrio definidos no artigo nº 35 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) à exceção da Carris em que o capital próprio é inferior a 50% do capital social. No período decorrido entre 1 de janeiro de 2020 e 20 de fevereiro de 2020, e período após a data do Balanço, foram aprovados pela Assembleia Geral da Carris, através da Deliberação Unânime por Escrito (DUE), de 28 de janeiro de 2020, a redução do Capital Social da Carris, para o valor de ≈78,6 milhões de euros e a Alteração parcial dos respetivos Estatutos, a qual não está reconhecida nas Demonstrações Financeiras. Esta situação será objeto de regularização nas contas de 2020 (de acordo com os documentos de prestação de contas aprovados pela CARRIS), de forma a refletir os requisitos obrigatórios da Lei em vigor (art.º 35.º e 95.º do Código das Sociedades Comercias (CSC) e da Deliberação da Assembleia Municipal (Sessão n.º 95), em 17 de dezembro de 2019, sob Proposta n.º 787/CM/2019 (Reunião n.º 106, de 14 de novembro).

Todas as empresas municipais cumprem os critérios de equilíbrio estipulados no artigo nº 40 da Lei nº 50/2012, pelo que não existe necessidade de transferência para cobertura de prejuízos ou impacto sobre o endividamento do Município conforme previsto no artigo nº 52 da Lei nº 73/2013.

Em 2019, as transferências e subsídios realizados pelo Município de Lisboa para as empresas municipais totalizaram 66,1 milhões de euros, tendo a Carris absorvido 49,8% dos recursos dirigidos às empresas municipais.

Transferências e subsídios às empresas municipais

Unid: Euro

EMPRESAS	Reforço de Cap. Próprios	Cobertura de Prejuízos	Subsídios Investimento	Subsídios de Exploração	Outros	Total	
CARRIS	-	-	-	32.961.390	-	32.961.390	49,8%
EGEAC	-	-	-	9.550.000	-	9.550.000	14,4%
EMEL	-	-	-	374.642	-	374.642	0,6%
GEBALIS	-	-	-	11.468.247	-	11.468.247	17,3%
SRU Ocidental	-	-	-	11.670.418	108.385	11.778.803	17,8%
Total	-	-	-	66.024.698	108.385	66.133.083	100%

Nota: Em 2019 além dos valores apresentados no quadro acima, que correspondem aos pagamentos efetuados durante o exercício, foram registados 1,2 milhões de euros à Gebalis e 3,5 milhões de euros à Lisboa Ocidental, SRU relativos a valores não pagos no exercício e 11,0 milhões de euros relativos ao apuramento do valor da COSP relativa a 2019, da Carris. Estes valores encontram-se registados em custos por contrapartida de acréscimos de custos.

Em 2019 ocorreu uma transferência para a Carris no valor de 33,0 milhões de euros, decorrente da segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de transporte coletivo à superfície de passageiros, referente aos pagamentos por conta relativos às compensações (COSP) para o ano de 2019 de 29,0 milhões de euros e o acerto dos valores finais das compensações relativas aos anos de 2017 e 2018 de 1,8 milhões de euros e 2,2 milhões de euros, respetivamente.

Ainda não foi apurado o valor final da compensação para 2019, mas de acordo com estimativa elaborada pela empresa foi registado nas contas do Município um montante de 11,0 milhões de euros por contrapartida de acréscimos de custos.

Houve uma transferência para a EGEAC no valor de 9,0 milhões de euros, decorrente do Contrato-programa estabelecido de acordo com a Proposta 717/2018, para o ano de 2019 essencial para a manutenção do equilíbrio dos resultados da empresa. A este valor acresceu a transferência de 550,0 mil euros, relativamente ao acerto do valor do contrato para o ano de 2018.

A EMEL, consequência da celebração de contratos de mandato relativos à execução de trabalhos na rede semaforica da cidade e ciclovias, beneficiou de transferências que totalizaram 374,6 mil euros.

Foram efetuadas transferências para GEBALIS relativas aos contratos programa (CP 398/2015), com vista a dotar a GEBALIS dos meios financeiros necessários para fazer face a um conjunto de obras em bairros e edifícios municipais e ao Contrato-Programa (349/CM/2018) com vista a intervenções de requalificação no património municipal, estando prevista a “reabilitação de frações habitacionais” diversas e a ação “Casal dos Machados”, de 4,5 milhões de euros e 7,0 milhões de euros, respetivamente. Foram ainda registados por contrapartida de acréscimos de custos, 1,2 milhões de euros relativos a montantes de 2019, mas que serão apenas pagos em 2020.

Quanto à Lisboa Ocidental, SRU reforçaram a execução dos contratos programa em que está envolvida, Contrato-Programa (CP 397/2015), com execução prevista até 2020, para a concretização de 17 intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, tendo sido transferidos 8,1 milhões de euros. Foram ainda registados por contrapartida de acréscimos de custos, 3,0 milhões de euros relativos a montantes de 2019, mas que serão apenas pagos em 2020.

Ao abrigo dos contratos de mandato foram transferidos 524 mil euros e relativamente ao subsídio à exploração foram pagos no exercício 3,0 milhões de euros. Foi ainda registado o valor de 500 mil euros por contrapartida de acréscimos de custos. As transferências para a Lisboa Ocidental, SRU, abarcam também a cobertura dos encargos financeiros do serviço da dívida do financiamento IHRU/BEI (16,1 milhões de euros) que captou cerca de 108 mil euros.

4 Factos relevantes ocorridos após termo do exercício

Já após o termo do exercício de 2019, o surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, e chegou a Portugal com declaração do Estado de Emergência, em 18 de março de 2020.

Esta pandemia tem um já visível impacto social e económico, mas ainda de elevado grau de incerteza. Neste quadro, deixa-se a nota de que pode haver impacto relevante no relato financeiro do Universo do Município de Lisboa, dependendo, em muito, de como evolui também a realidade nacional e local.

Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2019
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa				Varição
		2019			2018	2019-2018
		Ativo Bruto	Amortizações e Provisões	Ativo Líquido	Ativo Líquido	Ativo Líquido
	ATIVO					
	Imobilizado					
	Bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais	67.845.020,41		67.845.020,41	27.921.810,22	39.923.210,19
452	Edifícios	2.561.573,25	541.620,32	2.019.952,93	2.074.123,32	-54.170,39
453	Outras construções e infra-estruturas	791.077.971,78	360.879.466,54	430.198.505,24	419.891.957,46	10.306.547,78
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.884.644,13	736.362,03	3.148.282,10	3.175.055,45	-26.773,35
445	Imobilizações em curso	100.332.103,13		100.332.103,13	162.847.347,74	-62.515.244,61
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público	2.109.698,45		2.109.698,45	666.407,49	1.443.290,96
		967.811.011,15	362.157.448,89	605.653.562,26	616.576.701,68	-10.923.139,42
	Imobilizações incorpóreas:					
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44	611.774,44	711.493,00	731.481,00	-19.988,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	52.467.888,76	50.061.794,95	2.406.093,81	2.929.775,88	-523.682,07
443	Imobilizações em curso	1.492.350,00		1.492.350,00	150.760,00	1.341.590,00
		55.283.506,20	50.673.569,39	4.609.936,81	3.812.016,88	797.919,93
	Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	559.997.318,30		559.997.318,30	592.433.440,51	-32.436.122,21
422	Edifícios e outras construções	1.481.086.596,03	365.549.376,30	1.115.537.219,73	1.010.981.358,74	104.555.860,99
423	Equipamento básico	437.696.180,00	327.950.701,94	109.745.478,06	67.014.809,91	42.730.668,15
424	Equipamento de transporte	26.259.557,01	14.075.767,78	12.183.789,23	6.451.862,88	5.731.926,35
425	Ferramentas e utensílios	7.056.863,86	6.382.138,16	674.725,70	557.811,64	116.914,06
426	Equipamento administrativo	55.693.696,60	48.921.290,30	6.772.406,30	5.408.185,18	1.364.221,12
427	Taras e vasilhame	16,96	16,96			
429	Outras imobilizações corpóreas	191.993.532,46	184.183.538,04	7.809.994,42	6.861.619,23	948.375,19
442	Imobilizações em curso	291.368.831,15		291.368.831,15	411.288.779,92	-119.919.948,77
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.067.671,72		5.067.671,72	5.311.678,09	-244.006,37
		3.056.220.264,09	947.062.829,48	2.109.157.434,61	2.106.309.546,10	2.847.888,51
	Investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	42.029.874,34	61.505,68	41.968.368,66	41.495.879,58	472.489,08
412	Obrigações e títulos participação	12.809.255,57		12.809.255,57	10.564.606,05	2.244.649,52
414	Investimentos em imóveis	4.602.672,48	725.002,54	3.877.669,94	1.505.131,61	2.372.538,33
415	Outras aplicações financeiras	89.912,64		89.912,64	840.297,89	-750.385,25
441	Imobilizações em curso	-		-	0,00	0,00
		59.531.715,03	786.508,22	58.745.206,81	54.405.915,13	4.339.291,68
	Circulante:					
	Existências:					
36 e 386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	5.798.410,92	34.277,20	5.764.133,72	5.715.997,21	48.136,51
35	Produtos e trabalhos em curso	25.509,32		25.509,32	13.868,61	11.640,71
32 e 382	Mercadorias	220.444,79	0,00	220.444,79	216.619,46	3.825,33
		6.044.365,03	34.277,20	6.010.087,83	5.946.485,28	63.602,55
	Dívidas de terceiros - médio e longo prazo:					
268	Outros Devedores	28.402.946,34		28.402.946,34	29.608.724,23	-1.205.777,89
		28.402.946,34	0,00	28.402.946,34	29.608.724,23	-1.205.777,89
	Dívidas de terceiros - curto prazo:					
211	Clientes, c/c	11.876.623,95	545.941,41	11.330.682,54	9.095.866,82	2.234.815,72
212	Contribuintes, c/c e Taxas	6.917.908,03		6.917.908,03	578.832,94	6.339.075,09
213	Utentes, c/c	605.265,02		605.265,02	1.973.695,88	-1.368.430,86
217	Clientes e utentes com cauções					
218	Clientes, contrib., utentes e outros dev. de cob. duvidosa	60.381.294,38	60.190.637,76	190.656,62	993.120,79	-802.464,17
251	Devedores pela execução do orçamento					
229	Adiantamentos a fornecedores	34.356,43		34.356,43	31.838,88	2.517,55
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	2.200.550,61		2.200.550,61	1.718.690,72	481.859,89
24	Estado e outros entes públicos	7.195.837,72		7.195.837,72	13.185.102,76	-5.989.265,04
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00		0,00
262+263+267+268	Outros devedores	88.071.098,30	40.711.788,79	47.359.309,51	53.725.254,76	-6.365.945,25
		177.282.934,44	101.448.367,96	75.834.566,48	81.302.403,55	-5.467.837,07
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:					
12	Depósitos em instituições financeiras	436.383.272,92		436.383.272,92	229.954.703,11	206.428.569,81
11	Caixa	1.218.981,75		1.218.981,75	744.030,16	474.951,59
		437.602.254,67		437.602.254,67	230.698.733,27	206.903.521,40
	Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	172.298.859,27		172.298.859,27	162.574.333,79	9.724.525,48
272	Custos diferidos	17.559.310,13		17.559.310,13	18.208.991,24	-649.681,11
	Ativos por impostos diferidos	316.161,16		316.161,16	323.269,73	-7.108,57
		190.174.330,56		190.174.330,56	181.106.594,76	9.067.735,80
	Total de amortizações		1.359.893.847,76			
	Total de provisões		102.269.153,38			
	Total do ativo	4.978.353.327,51		3.516.190.326,37	3.309.767.120,88	206.423.205,49

BALANÇO CONSOLIDADO

ANO: 2019
(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa		Variação
		2019	2018	2019-2018
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
	Fundos próprios:			
51	Património	2.077.571.636,70	2.077.571.636,70	
55	Ajustamentos partes capital em empresas	1.169.675,79	-8.047.748,84	9.217.424,63
56	Reservas de reavaliação	86.398.543,88	84.859.718,55	1.538.825,33
	Reservas:			
571	Reservas legais	88.634.732,84	86.031.487,64	2.603.245,20
573	Reservas contratuais			
574	Reservas livres	867.474,94	832.720,15	34.754,79
575	Subsídios			
576	Doações	6.807.289,55	5.629.271,84	1.178.017,71
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	241.686.837,40	173.170.023,96	68.516.813,44
59	Resultados transitados	-131.981.767,63	-230.423.712,09	98.441.944,46
88	Resultado líquido do exercício	162.664.357,79	71.293.039,73	91.371.318,06
	Total dos fundos próprios	2.533.818.781,26	2.260.916.437,64	272.902.343,62
	Passivo:			
292	Provisões para riscos e encargos	228.208.361,90	214.980.139,32	13.228.222,58
		228.208.361,90	214.980.139,32	13.228.222,58
	Dívidas a terceiros - médio longo prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	234.785.645,45	241.467.111,36	-6.681.465,91
262+263+267+268	Outros credores	71.717.830,32	89.985.279,52	-18.267.449,20
		306.503.475,77	331.452.390,88	-24.948.915,11
	Dívidas a terceiros - curto prazo:			
2312	Empréstimos de médio e longo prazo (parte corrente)	34.852.698,75	39.228.499,81	-4.375.801,06
2311	Empréstimos de curto prazo	323,13	1.505,29	-1.182,16
221	Fornecedores, c/c	14.746.974,94	12.886.966,12	1.860.008,82
228	Fornecedores, facturas recepção e conferência	2.127.792,05	3.238.636,07	-1.110.844,02
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	2.400.055,48	30.032.051,74	-27.631.996,26
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	6.035.612,03	38.158.702,26	-32.123.090,23
24	Estado e outros entes públicos	6.032.587,75	5.732.313,76	300.273,99
262+263+267+268	Outros credores	60.718.457,79	66.486.969,08	-5.768.511,29
		126.914.501,92	195.765.644,13	-68.851.142,21
	Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	57.215.854,49	51.543.488,13	5.672.366,36
274	Proveitos diferidos	250.699.470,96	243.390.297,33	7.309.173,63
	Passivos por impostos diferidos	12.829.880,07	11.718.723,45	1.111.156,62
		320.745.205,52	306.652.508,91	14.092.696,61
	Total do passivo	982.371.545,11	1.048.850.683,24	-66.479.138,13
	Total dos fundos próprios e do passivo	3.516.190.326,37	3.309.767.120,88	206.423.205,49

Demonstração Consolidada dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

ANO: 2019

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Consolidado do Município de Lisboa		Variação
		2019	2018	2019-2018
CUSTOS E PERDAS				
61	Custo mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28.553.573,76	29.267.105,65	-713.531,89
62	Fornecimentos e serviços externos	226.530.572,68	204.417.844,06	22.112.728,62
Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	270.336.257,09	253.398.390,01	16.937.867,08
643 a 648	Encargos sociais	79.587.605,93	74.612.963,27	4.974.642,66
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	134.794.838,26	106.900.226,02	27.894.612,24
66	Amortizações do exercício	93.636.498,26	79.711.541,78	13.924.956,48
67	Provisões do exercício	22.153.122,70	51.929.289,17	-29.776.166,47
65	Outros custos e perdas operacionais	4.402.094,97	5.535.643,31	-1.133.548,34
	(A)	859.994.563,65	805.773.003,27	54.221.560,38
68	Custos e perdas financeiros	6.076.997,55	35.021.983,20	-28.944.985,65
	(C)	866.071.561,20	840.794.986,47	25.276.574,73
69	Custos e perdas extraordinários	125.792.569,24	216.901.571,45	-91.109.002,21
	(E)	991.864.130,44	1.057.696.557,92	-65.832.427,48
88	Resultado antes impostos	163.183.508,26	72.015.596,14	91.167.912,12
	Imposto sobre o rendimento do exercício	1.030.326,20	1.079.760,05	-49.433,85
	Imposto diferido	-511.175,73	-357.203,64	-153.972,09
	Resultado líquido do exercício	162.664.357,79	71.293.039,73	91.371.318,06
		1.155.047.638,70	1.129.712.154,06	25.335.484,64
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas e prestações de serviços				
7111	Vendas de mercadorias	449.595,11	605.546,39	-155.951,28
7112 - 7119	Vendas de produtos	6.027.001,44	4.925.798,84	1.101.202,60
712+713-718	Prestação de serviços	313.418.617,37	309.293.469,75	4.125.147,62
72	Impostos e taxas	527.687.367,96	513.050.671,27	14.636.696,69
(a)	Varição da produção	11.640,71	-15.488,01	27.128,72
75	Trabalhos para a própria entidade	437.541,62	662.942,38	-225.400,76
73	Proveitos suplementares	14.215.306,50	13.092.933,82	1.122.372,68
74	Transferências e subsídios obtidos	46.409.901,12	47.024.243,48	-614.342,36
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	17.642.865,82	8.964.198,11	8.678.667,71
	(B)	926.299.837,65	897.604.316,03	28.695.521,62
78	Proveitos e ganhos financeiros	3.199.360,58	4.149.055,38	-949.694,80
	(D)	929.499.198,23	901.753.371,41	27.745.826,82
79	Proveitos e ganhos extraordinários	225.548.440,47	227.958.782,65	-2.410.342,18
	(F)	1.155.047.638,70	1.129.712.154,06	25.335.484,64

Resumo:	2019	2018	Diferença
Resultados Operacionais: (B)-(A)=	66.305.274,00	91.831.312,76	-25.526.038,76
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)=	-2.877.636,97	-30.872.927,82	27.995.290,85
Resultados Correntes: (D)-(C)=	63.427.637,03	60.958.384,94	2.469.252,09
Resultado antes impostos (F)-(E)=	163.183.508,26	72.015.596,14	91.167.912,12
Resultado Líquido do Exercício:	162.664.357,79	71.293.039,73	91.371.318,06

Fluxos de Caixa Consolidados

Fluxos de Caixa Consolidados

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2019

(unidade: Euro)

	CML	Grupo Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	Total	Eliminação	Consolidado
Saldo da gerência anterior	160.063.518,08	43.572.011,52	3.028.636,94	12.203.436,85	10.110.553,37	1.720.576,51	230.698.733,27		230.698.733,27
Recebimentos	1.147.240.802,69	209.351.664,08	34.390.182,15	52.222.918,72	30.395.249,99	11.888.214,43	1.485.489.032,06	-75.038.944,28	1.410.450.087,78
Pagamentos	922.432.466,48	221.549.062,75	35.529.258,93	57.081.127,41	30.398.021,55	11.595.573,54	1.278.585.510,66	-75.038.944,28	1.203.546.566,38
Saldo para gerência seguinte	384.871.854,29	31.374.612,85	1.889.560,16	7.345.228,16	10.107.781,81	2.013.217,40	437.602.254,67	0,00	437.602.254,67
Fluxo líquido do ano	224.808.336,21	-12.197.398,67	-1.139.076,78	-4.858.208,69	-2.771,56	292.640,89	206.903.521,40	0,00	206.903.521,40

**Notas ao Balanço e à
Demonstração de Resultados Consolidados**

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

Nota Introdutória

O Município de Lisboa apresenta demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2019.

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais prevê no n.º 1 do artigo 75.º que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, a submeter à apreciação do órgão deliberativo.

Nos termos do n.º 7 do artigo acima mencionado, os documentos de prestação de contas consolidadas, constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras: balanço consolidado; demonstração consolidada dos resultados por natureza; mapa de fluxos de caixa consolidados de operações orçamentais; anexo às demonstrações financeiras consolidadas, com a divulgação de notas específicas relativas à consolidação de contas, incluindo os saldos e os fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e ainda o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazo e o mapa da dívida bruta consolidada e desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intertemporal, bem como com outros setores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação nº 1/2010 “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo”, obrigatoriamente aplicável ao Município de Lisboa, por força do seu artigo 3º. De acordo com a mesma Portaria e as instruções do SATAPOCAL, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCAL e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade-mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nelas contidas.

Desta forma, o Município de Lisboa, atendendo ao seu perímetro de consolidação e seguindo o estabelecido no ponto 4.5.5.1 das instruções do SATAPOCAL para a consolidação de contas, adota o seguinte método de consolidação:

- **Método de consolidação integral** que consiste na integração no balanço e na demonstração de resultados e no mapa de execução orçamental da entidade consolidante dos elementos

respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

Salienta-se que em 2017 a Carris é incorporada no universo municipal, por força da aplicação do decreto-lei nº 86-D/2016, de 30 de setembro.

A inclusão da Carris nas contas consolidadas é efetuada pelo valor consolidado da mesma com as suas participadas Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Carrisbus – Manutenção, Reparação e Transporte, S.A.. A informação dos valores consolidados do denominado *Grupo Carris*, foi prestada pela empresa e integrada nas contas consolidadas do Município de Lisboa.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Caracterização da Entidade

Identificação da Entidade: Município de Lisboa	
Endereço Postal	Praça do Município - Paços do concelho, 1100-365 Lisboa
NIF	500051070 - atividades 84113; 85100; 85201; 58110
Composição do Órgão Executivo	
Presidente	Fernando Medina
Vice - Presidente	João Paulo Saraiva
Vereadora	Paula Marques
Vereador	Ricardo Veludo
Vereador	Manuel Grilo
Vereadora	Catarina Vaz Pinto
Vereador	Jose Sá Fernandes
Vereador	Miguel Gaspar
Vereador	Carlos Manuel Castro
Legislação	
Regime Financeiro	Lei 73/2013, de 03 de Setembro e respetivas alterações; Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro (POCAL) e respetivas alterações; Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro.
Regime Jurídico	Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, alterada pela Lei 67/2007 de 31 dezembro, alterada pela Lei orgânica nº 1/2011 de 30 de novembro e alterada pela lei 75/2013 de 12 Setembro.

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	CARRIS – COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, EM, SA
NIF	500 595 313
Objeto	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa. A CARRIS pode, a título complementar, fiscalizar, nos termos previstos no artigo 5º. do Decreto – Lei nº. 44/2005, de 23 de fevereiro, bem como legislação que altere ou substitua essas normas, o cumprimento, nas vias sob jurisdição do Município de Lisboa, das disposições do Código da Estrada e das normas constantes de legislação complementar, mediante delegação de competências do Município.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vice-Presidente	José Realinho de Matos
Vice-Presidente	António Manuel Domingues Pires
Vogal	Helena Maria Pereira Caria
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	EGEAC -EMPRESA DE GESTÃO DE EQUIPAMENTOS E ANIMAÇÃO CULTURAL, EM, SA
NIF	503 584 215
Objeto	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura. Realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais, espetáculos, teatros de rua e outros atos de natureza similar bem como a produção e organização das festas de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Joana Gomes Cardoso
Vogal	Sofia de Bethencourt e Meneses
Vogal	Manuel Veiga
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	
Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	EMEL - EMPRESA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ESTACIONAMENTO DE LISBOA, EM, SA
NIF	503 311 332
Objeto	A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana, podendo prestar esses serviços diretamente ou mediante a celebração de contratos de gestão ou contratos-programa com o Município de Lisboa ou com empresas de transporte público urbano de passageiros e de logística urbana participadas pelo Município de Lisboa ou cuja gestão esteja confiada ao Município de Lisboa, bem como a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e de gestão urbana, as quais incluem o controlo do acesso às zonas de acesso condicionado e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade.
Composição do Conselho de Administração Emel	
Presidente	Luís Filipe Natal Marques
Vogal	Francisca Ramalhosa
Vogal	Nuno Valter Fernandes Pina
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	GEBALIS - GESTÃO DO ARRENDAMENTO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA, EM, SA
NIF	503 541 567
Objeto	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afetar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Pedro Pinto de Jesus
Vogal	Maria Helena Martinho Lopes Correia
Vogal	Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

Caracterização da Gestão das Entidades Consolidadas	
Identificação da Entidade:	LISBOA OCIDENTAL, SRU - SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA
NIF	507 023 129
Objeto	Promover operações de reabilitação urbana, através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado.
Composição do Conselho de Administração	
Presidente	Manuel Salgado
Vogal	João Paulo Saraiva
Vogal	Inês Ucha
Sistema Aplicável de Contabilidade	
SNC - Sistema de Normalização Contabilística	

a) *Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:*

Empresa	Posição acionista do Município	Código das Sociedades Comerciais		Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais			Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ⁽²⁾
		Capital Próprio (CP) / Capital Social (CS)	Exigência CP / CS > 50% (art. 35º CSC)	RAI - Result. antes de impostos	Equilíbrio de Contas art. 40º ⁽¹⁾	Necessário Transferência CML ou Reforço de Capital (art. 40º RJAEPL)	Consolida Dívida com CML (art 52º RFALEI) ⁽³⁾
CARRIS	100%	27%	Não Cumpre	5.213.210	Cumpr	Não	Não
EGEAC	100%	983%	Cumpr	99.779	Cumpr	Não	Não
EMEL	100%	131%	Cumpr	1.400.926	Cumpr	Não	Não
GEBALIS	100%	232%	Cumpr	49.599	Cumpr	Não	Não
SRU Ocidental	100%	851%	Cumpr	3.717	Cumpr	Não	Não

Empresa	Sede	Objeto Social	Número de Trabalhadores
CML	Praça do Município - Lisboa	Administração Local	8.121
CARRIS	Rua 1º de Maio, N.º 103, 1300-472 Lisboa	Exploração, em regime de concessão, do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de âmbito municipal, que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa. A CARRIS pode, a título complementar, fiscalizar, nos termos previstos no artigo 5º. do Decreto – Lei nº. 44/2005, de 23 de fevereiro, bem como legislação que altere ou substitua essas normas, o cumprimento, nas vias sob jurisdição do Município de Lisboa, das disposições do Código da Estrada e das normas constantes de legislação complementar, mediante delegação de competências do Município.	2.450
EGEAC	Avenida Eng. Duarte Pacheco, 26, 1070-111 Lisboa	Assegurar a universalidade, a continuidade dos serviços prestados e a coesão económica e social na área da cultura, através da gestão de equipamentos culturais e de atividades de promoção de projetos e iniciativas no domínio da cultura. Realização de ações e eventos de animação cultural, abrangendo a organização de festivais, espetáculos, teatros de rua e outros atos de natureza similar bem como a produção e organização das festas de Lisboa	393
EMEL	Alameda das Linhas de Torres, 198/200 - Lisboa	A prestação de serviços de interesse geral no âmbito do desenvolvimento, gestão e exploração de soluções de mobilidade urbana, as quais incluem a construção, promoção e gestão de infraestruturas de estacionamento público urbano, a fiscalização do estacionamento público urbano e serviços associados, a prestação de serviços de interesse geral no âmbito do transporte público urbano de passageiros, visando soluções integradas de mobilidade urbana, podendo prestar esses serviços diretamente ou mediante a celebração de contratos de gestão ou contratos-programa com o Município de Lisboa ou com empresas de transporte público urbano de passageiros e de logística urbana participadas pelo Município de Lisboa ou cuja gestão esteja confiada ao Município de Lisboa, bem como a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e de gestão urbana, as quais incluem o controlo do acesso às zonas de acesso condicionado e a vigilância de túneis, a construção e operação de infraestruturas de apoio à mobilidade, sistemas de mobilidade elétrica e produtos partilhados de mobilidade.	676
GEBALIS	Rua Costa Malheiro - Lt. B12, 1800 - 412 Lisboa	Promoção e gestão de imóveis de habitação social, bem como a gestão de outro património edificado habitacional que o Município decida afectar ao arrendamento nos termos e condições a definir pela Câmara Municipal de Lisboa	218
SRU Ocidental	Praça do Município, 31, 2º, 1100-365 Lisboa	Promover operações de reabilitação urbana, nomeadamente através da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana e renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado	94

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

- a) *Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;*
- b) *Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação, efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração dos resultados consolidados;*
- c) *Indicação das alterações ocorridas, no decurso do exercício, na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.*

a) e b) :

As empresas Municipais adotam o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, deste modo, na sua aplicação, foram registadas as seguintes operações que o Município de Lisboa nem sempre pode harmonizar de forma valorativa, pese embora, ter sido possível garantir a referência à mesma data:

	CARRIS	EMPRESA				CORRIGIDO
		EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU	S/N
Amortização/Depreciação ao abrigo do SNC ou Decreto Regulamentar	x	x	x	x	x	N
Valorização das propriedades de investimento por forma de custeio diferentes do custo de aquisição			x			N
Calculo de provisões ou ajustamentos ao abrigo do SNC	x	x	x	x	x	N
Calculo do imposto diferido	x	x	x	x	x	N
Alocação de Proveitos diferidos e capitais próprios	x	x	x		x	S

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

- a) *Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas;*

Os principais movimentos extra contabilísticos foram os seguintes (o sinal (+) representa correções a débito e o sinal (–) correções a crédito):

(unidade: milhões de euros)

	Município de Lisboa	Empresas Municipais
Eliminação de Investimentos Financeiros	0,9	433,1
	-122,0	-322,9
Eliminação de saldos	31,7	43,2
	-21,1	-31,3
Eliminação de transações	7,3	62,9
	-76,2	-7,2

- b) *Discriminação da rubrica «diferenças de consolidação», com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior;*

O valor apurado de diferenças de consolidação foi de 1,6 milhões de euros. É de salientar, o registo no Município de Lisboa de um acréscimo de custos de 11 milhões de euros, relativo à estimativa do acerto das COSP – Compensações de Obrigações de Serviço Público de 2019 a transferir em 2020, para a Carris. De forma a homogeneizar as contas efetuou-se o registo de um acréscimo de proveitos de 11 milhões de euros nas contas da Carris e efetuou-se as respetivas eliminações.

As diferenças de consolidação encontram-se reconhecidas nos Fundos Próprios.

- g) *Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram;*

Tendo em conta que não é possível identificar a origem e o impacto nas contas consolidadas dos impostos diferidos das empresas municipais, não se procedeu à eliminação dos mesmos;

- i) *Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.*

As Empresas Municipais são todas de natureza empresarial e encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos:

a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, de acordo com o seguinte mapa:

(unidade: Euro)

Empresa	Posição acionista do Município	Equilíbrio de Contas art. 40º RJAEPL ⁽¹⁾	Dívida Total art. 52º RFALEI ⁽²⁾	Contribuição para Dívida CML art. 54º RFALEI ⁽³⁾
CARRIS	100%	Cumpre	70.640.289	Não
EGEAC	100%	Cumpre	10.074.671	Não
EMEL	100%	Cumpre	29.030.778	Não
GEBALIS	100%	Cumpre	17.422.679	Não
SRU Ocidental	100%	Cumpre	21.041.946	Não

Notas:

⁽¹⁾ O equilíbrio de contas da empresa é dado por $RAI \geq 0$, cf art 40º RJAEPL

⁽²⁾ Valor da dívida total, cf art 52º RFALEI, é dado pelo passivo total resultante de operações orçamentais

⁽³⁾ A dívida total da empresa não releva para a dívida municipal quando o $RAI \geq 0$, cf art 54º RFALEI e art 41º RJAEPL

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desgregado por entidade e por rubrica patrimonial:

(unidade: Euro)

Rúbrica / Entidade	2020	2021	2022	2023	2024 e seguintes	Total
Dívidas a Terceiros - MLP						
Outros credores		19.720.617,18	19.720.617,18	14.766.012,32	17.510.583,64	71.717.830,32
Total Dívidas a Terceiros - MLP	-	19.720.617,18	19.720.617,18	14.766.012,32	17.510.583,64	71.717.830,32
Dívidas a Terceiros - CP						
Fornecedores, c/c	14.746.974,94					14.746.974,94
Fornecedores, facturas recepção e conferência	2.127.792,05					2.127.792,05
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	2.400.055,48					2.400.055,48
Fornecedores de imobilizado, c/c	6.035.612,03					6.035.612,03
Estado e outros entes públicos	6.032.587,75					6.032.587,75
Outros credores	60.718.457,79					60.718.457,79
Total Dívidas a Terceiros - CP						92.061.480,04
Total Geral	92.061.480,04	19.720.617,18	19.720.617,18	14.766.012,32	17.510.583,64	163.779.310,36

5 Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Ver em anexo o quadro de Fluxos de Caixa Consolidados.

6 Informações relativas a compromissos:

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento, económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos para exercícios futuros;

A totalidade dos compromissos assumidos e não pagos que relevam para a apreciação da posição financeira do Grupo, encontram-se apresentados no Balanço Consolidado, para a totalidade das entidades que integram o perímetro do Grupo Municipal.

No decurso normal da sua atividade existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município de Lisboa, não

sendo o risco de perda destas ações provável nem que o desfecho das mesmas venha a afetar de forma material a posição financeira do Município.

- b) *Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante;*

(unidade: Euro)

	MUNICIPIO LISBOA	Carris	EMEL	TOTAL
RESPONSABILIDADES	6.042.625,48	10.688,38	2.566.254,00	8.619.567,86

7 Informações relativas a políticas contabilísticas:

- a) *Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;*

Rubricas	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Imobilizado	Todo o ativo imobilizado após o ano de 2000, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. As taxas anuais de amortização dos bens de imobilizado corpóreo são as definidas no CIBE - Cadastro do Inventário dos Bens do Estado.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis, os intangíveis e as propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.	Os ativos fixos tangíveis e os intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.
Existências	Apenas foram consideradas as existências dos armazéns do DRMM - Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica e DAOSM - Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município em sistema de inventário intermitente. Quanto aos DIEM - Departamento de Instalações Elétricas e Mecânicas e DA - Departamento de Aprovisionamentos os valores referem-se aos apurados através do módulo informático de compras.	As existências são valorizadas ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de compra e eventuais despesas incorridas para os colocar em condições de poderem ser utilizados pela empresa. O método de custeio adotado pela empresa consiste no custo médio com exceção das mercadorias comercializadas no museu (Método FIFO).	As existências são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respectivo valor de mercado.			
Dívidas de terceiros	As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. São calculadas provisões para cobranças duvidosas, de acordo com os critérios do POCAL.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.	As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade.

Investimentos financeiros

Na entidade-mãe, os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo valor da percentagem detida dos capitais próprios.

Provisões para Riscos e Encargos

O Grupo regista nesta rubrica provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável, mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo Município.

Remunerações a Liquidar

A rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo compreende a estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias calculada de acordo com as regras e responsabilidades legais consagradas na Lei do Orçamento do Estado para 2019.

Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados, são registadas na rubrica Acréscimos e Diferimentos.

8 Informações relativas a determinadas rubricas:

a) Comentário das rubricas “despesas de instalação” e “despesas de investigação e de desenvolvimento”;

Este ativo é constituído pelo custo de aquisição de licenças de software, estando a ser depreciado.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões;

ATIVO BRUTO CONSOLIDADO

ANO: 2019
(unidade: Euro)

Código das Contas POICAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações e transf. de / para outras entidades	Saldo Final
De bens de domínio público:									
451	Terrenos e recursos naturais	27.921.810,22		1.345.654,97		25.685,17	38.603.240,39		67.845.020,41
452	Edifícios	2.561.573,25		3.599.881,85		1.081.806,67	61.027.351,92		2.561.573,25
453	Outras construções e infra-estruturas	727.532.544,68							791.077.971,78
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	3.831.972,06					52.672,07		3.884.644,13
445	Imobilizações em curso	162.847.347,74		20.288.003,69		13.775.803,38	-69.027.444,92		100.332.103,13
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	666.407,49		1.799.975,35		306.885,79	-49.798,60		2.109.698,45
		925.361.655,44		27.033.515,86		15.190.181,01	30.606.020,86		967.811.011,15
De imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.323.267,44							1.323.267,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	51.163.981,09		1.336.548,68		318.008,82	285.587,93		52.468.108,88
443	Imobilizações em curso	150.760,00		1.394.232,50	220,12		-52.642,50		1.492.129,88
		52.638.008,53		2.730.781,18	220,12	318.008,82	232.945,43		55.283.506,20
De imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	592.433.440,51		116.117.840,52	117.672.669,26	1.020.405,97	-29.860.887,50		559.997.318,30
422	Edifícios e outras construções	1.347.771.506,90		69.685.962,40	4.706.004,71	3.452.761,95	71.787.893,39		1.481.686.596,03
423	Equipamento básico	390.106.048,24		35.777.227,78	41.188,46	23.949.293,96	26.796.966,40	6.420,00	437.656.180,00
424	Equipamento de transporte	24.400.370,05		7.026.059,08	147.887,96	5.018.984,16			26.259.557,01
425	Ferramentas e utensílios	6.751.573,49		263.047,57		807,20	43.050,00		7.056.863,86
426	Equipamento administrativo	53.075.486,21		2.903.996,29	39.647,98	353.973,98	107.836,06		55.693.696,60
427	Taras e vasilhame	16,96							16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	193.398.022,76		2.066.488,31	3.780.058,39	309.079,78			191.993.532,46
442	Imobilizações em curso	411.288.779,92		37.523.252,50		56.088.994,76	-101.354.206,51		291.368.831,15
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	5.311.678,09		2.273.386,74	1.216.398,34	-1.300.994,77			5.067.571,72
		3.033.536.923,13		273.637.261,19	122.607.398,37	94.881.678,71	-33.471.263,15	6.420,00	3.056.220.264,09
De investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	41.705.113,42		324.760,92					42.029.874,34
412	Obrigações e títulos de participação	10.564.606,05		1.468.817,30					12.033.423,35
41421+41422	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	1.970.375,62					2.632.296,86		4.602.672,48
4152	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	10.030,83							10.030,83
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	830.267,06		25.446,97					855.714,03
441	Imobilizações em curso	0,00							0,00
		55.080.392,98		1.819.025,19			2.632.296,86		59.531.715,03
Total		4.066.616.980,08		305.220.583,42	122.607.618,49	110.389.856,54	0,00	6.420,00	4.138.846.496,47

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES CONSOLIDADO

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO: 2019
(unidade: Euro)

Código das Contas POICAL	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:					
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios	487.449,93	54.170,39		541.620,32
453	Outras construções e infra-estruturas	307.640.587,22	42.910.096,90	10.328.782,42	360.879.466,54
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	656.916,61	61.888,06	17.557,36	736.362,03
459	Outros bens de domínio público				
		308.784.953,76	43.026.155,35	10.346.339,78	362.157.448,89
De imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	591.786,44	19.988,00		611.774,44
433	Propriedade industrial e outros direitos	48.234.205,21	1.676.599,24	150.990,50	50.061.794,95
		48.825.991,65	1.696.587,24	150.990,50	50.673.569,39
De imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções	336.790.148,16		28.759.228,14	365.549.376,30
423	Equipamento básico	332.091.238,33		-4.140.536,39	327.950.701,94
424	Equipamento de transporte	17.948.507,17		-3.872.739,39	14.075.767,78
425	Ferramentas e utensílios	6.193.761,85		188.376,31	6.382.138,16
426	Equipamento administrativo	47.667.301,03		1.253.989,27	48.921.290,30
427	Taras e vasilhame	16,96			16,96
429	Outras imobilizações corpóreas	186.536.403,53		-2.352.865,49	184.183.538,04
		927.227.377,03		19.835.452,45	947.062.829,48
De investimentos financeiros:					
411	Partes de capital	209.233,84	4.774,12	-152.502,28	61.505,68
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Terrenos e recursos naturais	465.244,01	103.656,30	156.102,23	725.002,54
41421+41422	Edifícios e outras construções				
4151	Depósitos em instituições financeiras				
4152	Títulos de dívida pública				
4153	Outros títulos				
		674.477,85	108.430,42	3.599,95	786.508,22
Total...		1.285.512.800,29	44.831.173,01	30.336.382,68	1.360.680.355,98

I) *Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;*

As empresas municipais, são sujeitos passivos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% e a taxa de derrama é de 1,5% sobre o lucro tributável.

O Município de Lisboa está isento de IRC.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

(unidade: Euro)

Rubricas	Carris	EGEAC	EMEL	GEBALIS	SRU
Remunerações dos órgãos sociais	288.410,11	114.734,89	118.325,83	125.255,16	57.306,46
Responsabilidades relativas a pensões de antigos membros do conselho de administração	-	-	-	-	-

q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros;

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2019	Consolidado 2018	Varição
681	Juros suportados	5.536.334,39		3.821,79	59.868,95	261.227,76	108.385,18	2.281,35	5.967.356,72	34.454.241,33	-28.486.884,61
684	Provisões p/ aplicações financeiras	223.081,58						223.081,58			
688	Outros custos e perdas financeiros	69.811,64	29.161,09			10.668,10			109.640,83	567.741,87	-458.101,04
	Resultados Financeiros	-3.054.029,02	367.408,99	-3.821,79	-32.277,04	-271.895,86	136,51	-116.851,24	-2.877.636,97	-30.872.927,82	27.995.290,85
		2.775.198,59	396.570,08	0,00	27.591,91	0,00	108.511,69	108.511,69	3.199.360,58	4.149.055,38	-949.694,80

Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	Carris	Egeac	Emel	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2019	Consolidado 2018	Varição
781	Juros obtidos	206.822,01			27.591,91	0,00	108.511,69	108.511,69	234.413,92	153.644,76	80.769,16
782	Ganhos em entidades participadas	2.566.980,05							2.566.980,05	3.444.238,20	-877.258,15
786	Descontos pronto pagamento obtidos	1.396,53							1.396,53	878,57	517,96
788	Outros proveitos ganhos financeiros		396.570,08						396.570,08	550.293,85	-153.723,77
Total 78		2.775.198,59	396.570,08	0,00	27.591,91	0,00	108.511,69	108.511,69	3.199.360,58	4.149.055,38	-949.694,80

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários;

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	CUSTOS E PERDAS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2019	Consolidado 2018	Varição
691	Transferências capital concedidas	47.099.517,79						22.614.969,93	24.484.547,86	13.024.052,83	11.460.495,03
692	Dívidas Incobráveis							0,00	0,00	0,00	-
693	Perdas em existências	239.339,49							239.339,49	329.309,73	-89.970,24
694	Perdas em imobilizações	2.717.641,16							2.717.641,16	1.116.416,72	1.601.224,44
695	Multas e penalidades	1.700,00							1.700,00	3.137,39	-1.437,39
696	Aumentos de amortizações	17.118.453,53							17.118.453,53	45.018.218,10	-27.899.764,57
697	Correções relativas ex. anteriores	80.926.579,33		2.170,81				2.191.651,83	78.737.098,31	86.214.770,12	-7.477.671,81
698/9	Out. cust/perdas extraordinários	896.140,21	244.721,85	7.840,95	1.345.085,88	0,00	0,00		2.493.788,89	71.195.666,56	-68.701.877,67
	Resultados Extraordinários	73.708.385,93	1.332.411,16	362.488,47	-261.490,82	0,00	0,00	-24.614.076,49	99.755.871,23	11.057.211,20	88.698.660,03
		222.707.757,44	1.577.133,01	372.500,23	1.083.595,06	-	0,00	192.545,27	225.548.440,47	227.958.782,65	-2.410.342,18

Código das Contas Pocal	PROVEITOS E GANHOS	Município de Lisboa	CARRIS	EGEAC	EMEL	Gebalis	Lx Ocidental SRU	Ajustamentos	Consolidado 2019	Consolidado 2018	Varição
793	Ganhos em existências	120.782,50							120.782,50	64.437,42	56.345,08
794	Ganhos em imobilizações	167.360.218,18							167.360.218,18	14.806.623,84	152.553.594,34
795	Benefícios penalidades contratuais	7.468.878,41						20,84	7.468.857,57	8.115.024,19	-646.166,62
796	Reduções amortizações e provisões	12.415.532,58							12.415.532,58	175.661.695,97	-163.246.163,39
797	Correções relativas ex. anteriores	20.819.460,20		12.383,45				188.433,40	20.643.410,25	15.073.799,48	5.569.610,77
798/9	Outros proveitos ganhos extraord.	14.522.885,57	1.577.133,01	360.116,78	1.083.595,06	0,00	0,00	4091,03	17.539.639,39	14.237.201,75	3.302.437,64
Total 79		222.707.757,44	1.577.133,01	372.500,23	1.083.595,06	-	0,00	192.545,27	225.548.440,47	227.958.782,65	-2.410.342,18

s) Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício;

(unidade: Euro)

Código das Contas Pocal	Rubricas	Saldo Inicial Consolidado	Aumento (custos)	Redução (proveitos)	Saldo Final Consolidado
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	102.159.775,88	8.090.782,38	8.802.190,30	101.448.367,96
292	Provisões para Depreciação de Existências	64.269,17		29.991,97	34.277,20
292	Provisões para riscos e encargos	214.980.139,32	17.223.312,48	3.995.089,90	228.208.361,90
49	Provisões para investimentos financeiros	674.477,85	264.532,65	152.502,28	786.508,22
Total		317.878.662,22	25.578.627,51	12.979.774,45	330.477.515,28



LISBOA

CÂMARA MUNICIPAL